

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0004418-73.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente: **NUNCIO LOBELLO CARDINALI**
Requerido: **Banco Fiat S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter celebrado contrato de financiamento com o réu e efetuado o pagamento de algumas parcelas com atraso.

Alegou ainda que nessas oportunidades o réu lhe cobrou valores a títulos de "despesas de cobranças" não ajustados, de sorte que visa à devolução do montante despendido a esse título.

Os fatos trazidos à colação são incontroversos.

Os documentos de fls. 74/85 demonstram que em boletos gerados pelo réu estava consignado valor de "despesas de cobranças", o que de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

resto foi reconhecido pelo mesmo.

Não detecto, porém, fundamento para isso.

O réu invocou a fl. 17 a cláusula 7.1 do ajuste firmado com o autor para dar lastro à aludida cobrança, estipulando a mesma que é de responsabilidade do financiado o pagamento de despesas para a efetivação dos direitos creditórios.

Mesmo que se empreste validade a essa regra, é certo que o réu em momento algum produziu prova concreta da contratação de serviços de Advogado para a cobrança das prestações não adimplidas em tempo oportuno.

Aliás, essa "cobrança" cingiu-se à emissão de novo boleto, nada indicando nos autos que tivesse sido implementada por profissional especificamente contratado para tanto.

Nesse contexto, seria imprescindível que o réu patenteasse que experimentou despesa própria para a regularização da situação do autor, dimensionando-a com a necessária precisão para que se pudesse ter a cobrança trazida à colação como lícita.

Como isso não se deu, porém, reconhece-se a falta de respaldo que lhe desse amparo e o direito do autor ao ressarcimento pleiteado, cujo montante não foi objeto de qualquer impugnação do réu.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 2.512,91, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.I.

São Carlos, 13 de janeiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**